

# Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Nós, jovens lideranças representantes das Comissões Municipais, Estaduais e Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do movimento sindical, de 26 estados do país, presentes no "Salão Nacional da Juventude Rural", realizado em Brasília - DF, durante os dias 20, 21 e 22 de outubro de 2003, com o objetivo de sistematizar e aprofundar propostas elaboradas por centenas de jovens em 10 seminários regionais realizados durante o ano de 2003, a partir da parceria e do apoio da CONTAG e da GTZ (Agência de Cooperação Técnica do Governo da Alemanha), cujo os temas tratados foram, Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Assalariamento Rural, Agroecologia, Meio Ambiente, Organização da Produção e Saúde Reprodutiva, DST, AIDS e Violência no campo. Vimos aqui, apresentar para o MSTTR, Governos e sociedade em geral um conjunto de propostas que visam a superação dos problemas que historicamente afligem a juventude rural brasileira.

As propostas surgem em virtude da inexistência de uma política nacional que contemple os interesses da juventude rural. A juventude presente no referido salão a partir de suas propostas busca o fortalecimento e a implementação do PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Acreditamos que a juventude rural não pode esperar a superação da pobreza que atinge o campo brasileiro e para tanto, estamos aqui apresentando propostas na perspectiva de contribuir com a superação das desigualdades sociais que reinam em nosso país.

A juventude rural vem sofrendo com a exclusão social consequência, das políticas de desenvolvimento que não contemplam os interesses desse seguimento social. No país ainda persiste uma desigualdade social que amplia a cada dia à distância entre homens e mulheres e entre ricos e pobres.

Lançamos um "Grito de Alerta" para dizer que a juventude rural vem sendo penalizada com os conflitos constantes na luta pela terra, com a falta de valorização da agricultura familiar, com a ausência de uma educação de qualidade e com a falta de políticas públicas em especial na área do esporte, cultura, lazer, crédito, assistência técnica e comercialização de produtos da agricultura familiar, que realmente atendam as necessidades dessa juventude.

Nós da juventude sindical estamos preocupados (as) com a falta de perspectivas no campo, que tem levado grandes contingentes de jovens a saírem em direção dos espaços urbanos das grandes cidades. No Brasil rural estamos enfrentando um nível de desemprego muito alto, doenças epidêmicas(DSTs e AIDS), analfabetismo crônico, proliferação das drogas, crescente mortalidade da juventude e ampliação da violência contra a mulher. Verifica-se no campo, que as mulheres e em particular as crianças e as adolescentes são as principais vítimas dos problemas econômicos e sociais. Outro fato abominável que nós jovens lideranças sindicais nos opomos é a forma velada como se afirma e se reproduz a prática do racismo em nosso país, que atinge principalmente jovens de origem afrodescendente.

Nós jovens lideranças sindicais compreendemos que estamos vivendo um novo momento político com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do

Brasil e acreditamos que seu governo tem todo o interesse de buscar soluções para os problemas que atinge a juventude do campo e da cidade. Contudo, entendemos que a participação da juventude na vida social e na elaboração e implementação de políticas públicas é vital para a resolução desses problemas. Deste modo, conclamamos todas as lideranças do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STRs, FETAGs e CONTAG), jovens ou não, e entidades parceiras, para juntos lutarmos afim de implementar as propostas aqui apresentadas, a saber:

## **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A REFORMA AGRÁRIA**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

1. Aumentar os valores do PRONAF e facilitar o acesso da juventude, principalmente nas linhas A e AC. Para que eles possam atender um maior número de jovens trabalhadores (as) rurais, oferecendo assistência técnica permanente.
2. Lutar para que os assentamentos de reforma agrária tenham políticas públicas que proporcionem infra-estrutura adequada, ou seja, que tenham acesso à eletricidade, saneamento, estradas, moradia digna, recursos hídricos, esporte, lazer e saúde.
3. Promover programas de formação em associativismo e cooperativismo para as pessoas assentadas e em especial para a juventude, com o objetivo de formar bons líderes.
4. Disponibilizar e titular as terras públicas devolutas nas regiões.
5. Criar e/ou melhorar as políticas públicas a nível nacional para que todos (as) jovens possam ter acesso a Terra e ao crédito.
6. Melhorar a qualificação dos servidores do INCRA que atuam junto aos agricultores (as) familiares.
7. Mudar o modelo de reforma agrária fazendo com que ele seja adequado a realidade das regiões e considere os (as) jovens e as mulheres como público prioritário facilitando a esses o acesso a Terra. Esse novo modelo deve ser construído com a participação dos movimentos sociais e deve proporcionar condições reais para a permanência das pessoas na Terra.
8. Que o INCRA moralize os projetos de Reforma Agrária existentes.
9. Garantir no cadastramento o acesso das pessoas solteiras, dando preferência aos jovens filhos ou filhas de agricultores (as) familiares e assalariados (as) rurais.
10. Eliminação dos títulos definitivos, substituindo-os por concessão de uso.
11. Regularizar todas as áreas utilizadas por posseiros.

*Dirigida para dentro do MSTTR:*

12. O MSTTR deve promover e assumir a luta contínua pela Terra de forma cada vez mais organizada.

### **Propostas para o Programa "Nossa 1ª Terra" do Crédito Fundiário.**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

13. Que o governo disponibilize recursos para o programa "Nossa 1ªTerra".

14. A idade para acessar ao crédito deverá ser de 18 a 32 anos. Deve-se levar em consideração alguns casos especiais de jovens com 16 anos a exemplo de jovens emancipados.
15. O valor do teto, deve ser de acordo com o valor da terra da região.
16. Capacitar a juventude em parceria com o MSTTR para que esta saiba como utilizar o crédito do início até o fim.
17. A formação da associação deverá ser para trabalhar de forma coletiva.
18. A produção e aquisição de terra poderá ser individual e / ou coletiva e a associação definirá os parâmetros usados tanto no individual como no coletivo.
19. Todos os (as) jovens que acessem o crédito deverão receber capacitação na atividade a ser desenvolvida.
20. Mudar o item do manual de operação do crédito fundiário, que trata o patrimônio e a renda própria, substituindo por 4 módulos fiscais.
21. Que a associação junto com assessoria técnica verifique a viabilidade do projeto apresentado pelo jovem, definindo os valores conforme a necessidade da implementação do projeto.
22. Propomos juros de 2% ao ano com rebate de 50% sobre o capital.
23. O programa deve ter como princípio o estímulo a agroecologia e a produção orgânica.
24. Tornar nacional a implementação do programa "Nossa 1ª Terra" do crédito fundiário, respeitando as peculiaridades locais.
25. Retirar o critério de 5 anos de experiência para acessar o crédito do programa "Nossa 1ªTerra". E que a prova de atividade rural seja de 02 anos.

*Dirigida para dentro do MSTTR:*

26. Aprofundar o debate sobre jovens entre 16 a 18 anos terem acesso ao crédito e a Terra.
27. Ampliar o debater no MSTTR sobre o crédito fundiário.

## **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA AGRICULTURA FAMILIAR**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

28. Valorizar a agricultura familiar. Tendo em vista, que esta é o principal agente gerador de alimentos, de emprego e de renda no campo.
29. Criar subsídio para a agricultura familiar.
30. Repensar os valores do PRONAF de acordo com a realidade regional.
31. Apoio ao financiamento de construção de casas e viabilizar mais recursos para o PRONAF infra - estrutura.
32. Debater Governo e MSTTR formas de comercialização dos produtos através da formação de redes de negócios da juventude, nos estados.
33. Garantir assessoria técnica contínua e gratuita de qualidade para a unidade de produção familiar, respeitando a realidade local.
34. Garantir a faixa etária de 16 a 32 anos para acessar o crédito, independente do estado civil.
35. Garantir recursos e acesso da juventude ao PRONAF Agroecologia.
36. Promover campanhas sobre a importância da agricultura familiar, dando ênfase na agricultura orgânica.

37. Desenvolver tecnologias apropriadas para a melhoria da produção agrícola familiar.
38. Promover a criação de pequenas agroindústrias e do selo da agricultura familiar.
39. Estimular a criação de propostas de crédito específicas para a juventude rural e sem burocracia.
40. Desencadear o debate sobre a proposta do 1ºCrédito apresentado pela juventude rural durante o Grito da Terra Brasil de 2003.
41. Fortalecer e /ou estimular o trabalho sobre cadeia produtiva e diversificação das culturas na agricultura familiar.
42. Investir em tecnologias agrícolas adequadas a realidade produtiva do local.
43. Fortalecer assessoria técnica adequada e qualificada, considerando principalmente os técnicos (as) com formação e experiência em unidades de produção familiar .
44. Desenvolver programas de formação dirigida para a juventude das unidades de produção familiar.

### **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA OS ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

45. Lutar para que a juventude assalariada rural tenha livre acesso a posse da terra.
46. Capacitar a juventude assalariada sobre seus direitos previdenciários.
47. Desenvolver ações que garantam o seguro desemprego para os (as) jovens na entressafra.
48. Realizar seminários com participação das DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho) sobre formas de erradicação do trabalho escravo e infantil no campo.
49. Realizar seminários com DRTs e MSTTR para discutir legislação e direitos trabalhistas com a juventude.
50. A Coordenação Nacional de Jovens e as Coordenações Estaduais de Jovens junto com as secretarias de assalariados (as) das FETAGs devem apresentar propostas para os governos municipais, estaduais e federal de incentivo fiscal para as empresas que desenvolverem projetos sociais para a juventude rural, tendo esses projetos fiscalização do conselho de desenvolvimento rural.
51. Elaborar cartilhas que divulguem para a juventude os direitos trabalhistas e suas leis.
52. Exigir a ampliação das ações de fiscalização das DRTs para o meio rural, realizando-as de forma permanente para evitar as infrações aos direitos dos trabalhadores (as) previstos em lei, acordos e convenções coletivas.
53. Continuar promovendo campanhas de conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas e da agricultura familiar sobre o uso de equipamentos de trabalho.
54. Na questão do trabalho infantil e escravo o MSTTR junto com as DRTs devem promover intensivas fiscalizações.
55. Promover ações permanentes de documentação voltada para a juventude rural (Carteira de Trabalho, Identidade, CPF, etc).

56. Que o MSTTR tenha representação no Ministério do Trabalho visando a implementação do programa 1ºEmprego no campo e a inclusão das propostas da juventude no programa.

*Dirigida para dentro do MSTTR:*

57. Capacitar jovens sobre negociação/mediação e contratos coletivos de trabalho.
58. Fazer discussão sobre a contribuição dos assalariados para o sistema CONTAG.
59. Captar recursos da qualificação profissional (FAT e SENAR) para qualificar a juventude assalariada rural.
60. O MSTTR deve ampliar e priorizar o debate sobre as questões da juventude assalariada rural .
61. Incluir nos contratos ou convenções coletivas, a obrigatoriedade da liberação dos/as jovens no período das aulas;
62. Que o MSTTR participe dos debates sobre entidades diferenciadas.
63. Deve-se ter um setor específico dentro do STTR, FETAG e CONTAG onde os trabalhadores(as) assalariados (as) possam fazer denúncias sobre seus problemas trabalhistas e as mulheres possam denunciar a violência sexista que sofrem dentro e/ou fora do trabalho.
64. Realizar um evento com os (as) jovens que participaram do primeiro e segundo encontro de meninos e meninas rurais, para verificar o que mudou na vida dessas pessoas.
65. O MSTTR deve intensificar a promoção de seminários de formação para os dirigentes sindicais visando aprofundar o debate sobre as condições de vida e de trabalho dos jovens assalariados e assalariadas rurais.
66. O MSTTR deve conhecer a realidade de cada estado, no que diz respeito a situação da juventude assalariada rural.
67. Fortalecer as convenções e os acordos coletivos de trabalho buscando sua implementação. E criar convenções e acordos coletivos, onde ainda não existam.
68. Realizar parceria com o conselho tutelar municipal e ministério público para denunciar o trabalho escravo e infantil.
69. Exigir uma ampla fiscalização do ministério do trabalho nas empresas rurais, observando e obrigando a estas a assinarem a carteira de trabalho dos (as) funcionários.
70. Intensificar a filiação dos jovens assalariados aos STTRs.
71. As comissões municipais e estaduais de jovens devem promover debates com a juventude sobre o programa 1ºEmprego, visando a inserção da juventude rural no programa.

## **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A AGROECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

72. Lutar pela não plantação e comercialização de sementes transgênicas.
73. O movimento sindical deve abraçar a bandeira contra os grandes projetos que causam a extinção da agricultura familiar e das sementes crioulas.
74. O MSTTR deve trabalhar a reformulação e redirecionamento das políticas de crédito dos Fundos Constitucionais, do PRONAF e do PROAMBIENTE, para que estas fortaleçam realmente a produção agroecológica.

75. Desenvolver políticas de crédito para a agricultura agroecológica.
76. Estimular a qualificação da organização da produção e comercialização dos produtos agroecológicos.
77. Tornar a agroecologia uma política pública em todo o Brasil.
78. Estimular a criação de projetos de agricultura orgânica e agroecológica.
79. Que o Ministério do Meio Ambiente disponibilize mais recursos para a preservação ambiental e para a agroecologia.
80. Nossa ação agroecológica deve recuperar as relações sociais e familiares que superem as práticas de subordinação de gênero, raça, etnia e de geração.
81. O MSTTR deve buscar a implementação da certificação de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar, na perspectiva da agregação de valor à sua produção.
82. Desenvolver um processo contínuo de animação da juventude sobre agroecologia.
83. Trabalhar a partir do associativismo na perspectiva da agregação de valor e formação de nichos de mercado de produtos agroecológicos.
84. A juventude deve tecer uma rede de articulação na base e na sociedade para a promoção da agroecologia e defesa do meio ambiente.
85. Que o MSTTR abrace verdadeiramente a causa da agroecológica realizando seminários regionais, estaduais e municipais sobre o tema.
86. Criar um meio de promoção da educação em gestão ambiental.
87. Fazer levantamento e divulgação em cartilhas das experiências existentes em agroecologia e preservação ambiental. Focando a participação da juventude.
88. Aprofundar as discussões agroecológicas dentro do MSTTR.
89. Capacitar dirigentes sindicais e produtores (as) em agroecologia.
90. Fortalecer parcerias com organizações que desenvolvem ações agroecológicas.
91. Ampliar o acesso da agricultura familiar à água e apropriação das formas de captação d`água, de acordo com a realidade da região.
92. As linhas de crédito devem respeitar as formas de produção agroecológica.
93. Conscientização do trabalhador (a) para a utilização da agroecologia e da necessidade de preservar o meio ambiente.
94. Evitar utilização de máquinas e implementos pesados de forma intensiva na agricultura familiar.
95. Promover o reaproveitamento das águas e a reciclagem de lixo.
96. Incentivar o reflorestamento de áreas ciliares e de preservação permanente.
97. Reativação dos bancos de sementes.
98. Fazer parcerias com a EMATER para trabalhar a agroecologia.
99. Que o governo faça campanhas de conscientização e eliminação dos agrotóxicos.
100. Difundir a produção orgânica e agroecológica em todo o país e criar mecanismos de comercialização dos produtos.

*Dirigida para dentro do MSTTR:*

101. O MSTTR deve buscar garantir leis que favoreçam a promoção da agroecologia na agricultura familiar.
102. O MSTTR deve promover mais cursos de agroecologia para a juventude rural, visando que esta se torne multiplicadores dessa proposta.
103. As lideranças sindicais do MSTTR devem se inserir nos conselhos e câmaras deliberativas sobre meio ambiente.

104. Fazer parceria com o IBAMA para realização de trabalhos educativos com os trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre preservação ambiental.
105. Incluir nas reivindicações e propostas do movimento sindical a eliminação do uso de agrotóxico.
106. Promover visitas dos (as) jovens em áreas de projetos pilotos em agricultura orgânica.
107. Que cada um de nós façamos experiências de demonstração agroecológica.
108. Que o MSTTR desenvolva uma política de conservação e uso da água.

## **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

109. Aprofundar o debate sobre cooperativismo de crédito no MSTTR.
110. Buscar capacitar a juventude rural em organização da produção.
111. Realizar cursos de produção e comercialização para a juventude.
112. Promover nas cooperativas a gestão democrática e transparente, estimulando a participação da juventude.
113. Que o governo crie as condições necessárias para o fomento da geração de renda e de postos de trabalho para a juventude do campo.
114. Estimular atividades não agrícolas (artesanato, turismo, etc) para a juventude.
115. Promover a formação dos (as) agricultores familiares em gestão da produção e tecnologia.
116. Fortalecer as cooperativas de crédito existentes desburocratizando o acesso da juventude a elas.
117. Estimular a criação de cooperativas ou agências de comercialização de produtos da agricultura familiar.
118. Promover feiras a nível municipal, estadual e nacional, dos produtos agrícolas e não agrícolas (artesanato, etc) da juventude rural. *Dirigida para dentro do MSTTR:*
119. Que seja criado dentro da CONTAG, FETAGs e STTRs um banco de dados com experiências bem sucedidas em organização da produção.
120. As assessorias técnicas das FETAGs devem tratar da legislação sanitária para facilitar o processo de industrialização de produtos da agricultura familiar.
121. Que a CONTAG, FETAGs, STTRs, trabalhem no incentivo ao cooperativismo, aprimorando a organização da produção e comercialização.
122. As Comissões Estaduais de Jovens devem estar se inserindo nas discussões dos projetos de organização da produção existentes nas FETAGs.
123. Incentivar na agricultura familiar a produção diversificada.
124. Buscar a garantia de bons preços para a produção agrícola familiar.
125. Organizar a juventude em cooperativas e associações de produção.
126. Promover seminários estaduais junto com ONGs e entidades afins sobre organização da produção, dando oportunidade aos jovens participarem.
127. As Comissões Estaduais de Jovens devem promover eventos regionais e municipais sobre organização da produção.
128. Sensibilizar a juventude sobre os benefícios da organização da produção.

129. O MSTTR deve divulgar junto a juventude o projeto SISCOP(Sistema Contag de Organização da Produção). Divulgando mais amplamente os objetivos do SISCOP e de outros projetos de organização da produção do MSTTR.
130. Fazer projetos a serem desenvolvidos pela juventude, podendo ser projetos agrícolas, de agroturismo, agroecológico, etc.

### **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

131. Implementar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do campo.
132. Desenvolver programas de educação com formação dirigida para jovens de áreas de assentamento.
133. Construção de CEFFAS (Escolas Famílias Rurais e Casas Famílias Rurais) nas áreas de assentamento e em comunidades rurais de agricultores (as) familiares. Garantindo o ensino fundamental e médio.
134. Construir escolas técnicas em todas as regiões do país, voltadas para a juventude rural e que sejam centralizadas em cidades pólos das regiões. Deve-se também, melhorar a qualidade dos equipamentos das escolas técnicas existentes.
135. Que o governo federal puna com rigor as prefeituras que não apliquem bem os recursos do FUNDEF.
136. Lutar pela construção e / ou manutenção de escolas nas empresas rurais, buscando a melhoria educacional dos (as) jovens assalariados;
137. As escolas públicas devem ter formação voltada para o jovem rural inclusive com promoção de lazer para crianças e adolescentes.
138. Desenvolver formação sobre agroecologia e preservação ambiental nas escolas do campo.
139. Desenvolver nas escolas públicas matérias que resgate a auto-estima da juventude rural.
140. Trabalhar o tema saúde reprodutiva, DST,AIDS e Violência nas escolas da área rural.
141. Debater com o governo uma forma de Escola modelo, que vá desde o básico ao ensino superior, considerando a realidade local.
142. Reivindicar a inclusão das disciplinas, Associativismo, Cooperativismo e Meio ambiente no ensino fundamental.
143. Colocar no currículo das escolas do campo a matéria Organização da Produção. *Dirigida para dentro do MSTTR:*
144. Aprofundar a parceria entre o MSTTR com a ARCAFAR e a UNEFAB.
145. Apoiar iniciativas como as CEFFAS (CFRs e EFAs), visando a promoção da educação ambiental.

### **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A SAÚDE REPRODUTIVA, DST, AIDS E COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

146. Fortalecer o Programa de Saúde da Família nos municípios. Garantindo que se tenha uma ação focada nas DSTs /AIDS, voltada para a juventude rural.



147. Que o Ministério da Saúde apóie projetos que possibilitem ampliar a participação da juventude rural nos eventos sobre Saúde Reprodutiva, DSTs /AIDS e Violência no Campo que ocorrem nos estados e municípios.
148. Que os postos municipais de saúde junto com o MSTTR promovam campanhas de esclarecimento sobre a importância do uso de preservativo no ato sexual. As campanhas devem ser dirigidas para a juventude rural e deve utilizar a linguagem dos (as) jovens do campo.
149. O Ministério da Saúde deve promover a capacitação dos profissionais de saúde para que estes possam fazer palestras para a juventude rural. Principalmente nas escolas e nas organizações de representação da juventude. *Dirigida para dentro do MSTTR:*
150. As Fetags devem promover seminários estaduais de capacitação sobre saúde reprodutiva, DST, AIDS e Violência. Trabalhar em conjunto com parceiros nos estados.
151. A CONTAG deve continuar realizando encontros regionais sobre o tema contemplando um maior número de participantes, envolvendo ONGs e órgãos governamentais.
152. As Comissões estaduais de jovens devem promover seminários sobre este tema direcionado para lideranças sindicais.
153. Cada estado deve promover seminários regionalizados para a elaboração de projetos locais sobre os tema Saúde Reprodutiva, DST,AIDS e Violência.
154. Sensibilizar os (as) dirigentes sindicais para a difusão dos temas, Saúde Reprodutiva, DST, AIDS e Violência.
155. O STTR deve buscar parcerias no município para informar a juventude sobre os aspectos da Saúde Reprodutiva, DST, AIDS e combate à violência.
156. O MSTTR deve cobrar do setor público materiais de divulgação, informação e também preservativos.
157. Os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais devem fazer diagnóstico das áreas no município que mais precisam de ajuda na questão da saúde.
158. Os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais devem participar ativamente dos Conselhos Municipais de Saúde.
159. Os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais devem desenvolver parcerias com as Secretarias de Saúde dos municípios para desenvolver atividades educativas com a juventude rural sobre as questões da Saúde Reprodutiva, DSTs e AIDS.
160. A CONTAG, FETAGs e os STTRs devem juntos buscar soluções para os problemas que atinge a juventude no que tange as questões da Saúde Reprodutiva, DSTs, AIDS e combate à violência no campo.
161. O MSTTR deve realizar trabalho de formação/ conscientização da juventude sobre Planejamento Familiar.
162. Que a CONTAG e as FETAGs realizem uma pesquisa no meio rural para levantar dados concretos sobre a utilização das drogas no meio rural. Na pesquisa CONTAG/Unicef sobre a juventude rural deve-se fazer um destaque sobre a questão das drogas no meio rural.

## **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA A ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE JOVENS DO MSTTR**

*Dirigida para dentro do MSTTR:*

163. Que o MSTTR estimule a inserção da juventude rural nas Comissões Municipais de Jovens Trabalhadores (as) Rurais dos STTRs e Comissões Estaduais de Jovens Trabalhadores (as) Rurais das FETAGs e criar as comissões de jovens onde ainda não existam.
164. A CONTAG deve desenvolver ações que estimulem as FETAGs e STTRs que não tenham, a constituírem suas comissões de jovens.
165. Promover ações de integração direta entre as Comissões Nacional, Estaduais e Municipais de Jovens Trabalhadores (as) Rurais.

### **PROPOSTAS DA JUVENTUDE PARA SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Dirigidas para o MSTTR negociar com o Governo:*

166. Desenvolver políticas públicas que resgatem a medicina alternativa, a cultura popular, a educação do campo, o esporte e o lazer na área rural.
167. Combater o êxodo rural a partir de políticas públicas que atendam os interesses da Juventude, dando ênfase à educação e ao crédito.
168. Promover a auto-estima da juventude trabalhadora rural, a partir da promoção de políticas públicas que resgate e fortaleça da cultura popular e a valorização do trabalho da juventude.
169. Que o Governo Federal elabore junto com entidades de representação da juventude uma Política Nacional para a Juventude do campo e da cidade. E leve em consideração as propostas aqui apresentadas pela juventude rural. *Dirigida para dentro do MSTTR:*
170. Que os dirigentes sindicais tenham uma atuação mais eficaz nos conselhos municipais, principalmente de saúde, educação e desenvolvimento rural.
171. O MSTTR deve incentivar a participação da juventude nos diversos conselhos municipais e estes jovens devem ter direito de voz e voto.
172. Os STTRs e as FETAGs devem evitar que nos conselhos municipais e estaduais só participem os presidentes das respectivas entidades. Deve haver uma distribuição equilibrada entre os integrantes da direção das entidades nos vários conselhos existentes, evitando assim uma sobrecarga de trabalho sobre os presidentes.
173. Que o MSTTR realize cursos de capacitação em políticas públicas para a juventude rural.
174. As Comissões Estaduais de Jovens devem desenvolver eventos de formação para a juventude, buscando sua qualificação para a intervenção nos conselhos municipais.
175. Participar dos programas de governo e em especial o "Fome Zero" e o "Bolsa Escola".

Carta Proposta da Juventude - Nov/2003 [Clique aqui para fazer o download](#)